

Artigo de Pesquisa**O BOLSÃO DA FOME E DA POBREZA NA ÁREA CENTRAL DO ANEL DE (DES)INTEGRAÇÃO DO PARANÁ****The hunger and poverty pocket in the central area of (dis) integration ring of Paraná**

Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches¹, Vanessa Maria Ludka², Sérgio Augusto Pereira³

¹ Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Colegiado de Geografia, Cornélio Procópio, Brasil. nayani-sanches@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0782-9631>

² Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Colegiado de Geografia e Programa de Pós-graduação em Ensino - PPGEN da UENP, Cornélio Procópio, Brasil. vanessaludka@uenp.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6348-2543>

³ Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Colegiado de Geografia, Cornélio Procópio, Brasil. sergioaugustopereira018@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9898-3305>

Recebido em 01/05/2024 e aceito em 12/09/2024

RESUMO: A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do “pão-nosso-de-cada-dia” já dizia Josué de Castro (1961, p. 45). Para tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a fome e a pobreza na Região da Fome e da Pobreza do Paraná (RFPP). A região encontra-se excluída pelo Anel de Integração do estado do Paraná, tornando-se bolsão eminente de problemas sociais e econômicos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa quali-quantitativa, além de pesquisas bibliográficas pautadas em autores como Castro (1937), Sen (2010), Santos (2009), Blum (2015) e Fernandes e Ludka (2020). Foram realizadas coletas de dados secundários em órgãos governamentais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Atlas Brasil e do Portal da Transparência do Governo Federal. Foram constatadas altas taxas de vulnerabilidade social em vários municípios que compõem a RFPP que podem levar à fome, à pobreza e à extrema pobreza.

Palavras-chave: Fluidez; Planejamento Urbano; Geografia da Fome; Redes.

ABSTRACT: The humanity history has been, since the beginning, the history of its struggle to obtain “our daily bread” said Josué de Castro (1961, p. 45). Therefore, the aim of this research is to analyze hunger and poverty in the Region of Hunger and Poverty of Paraná (RHPP). The region is excluded by the Paraná State Integration Ring, becoming an eminent pocket of social and economic problems. The methodological procedures used were: quali-quantitative research, as well as bibliographic research based on authors such as Castro (1937), Sen (2010), Santos (2009), Blum (2015) and Fernandes and Ludka (2020). Secondary data collections were carried out in government agencies such as: Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, Ministry of Development and Social Assistance, Family and Fight Against Hunger, Atlas Brasil and the Federal Government Transparency Portal. High rates of social vulnerability were found in several municipalities that make up the RHPP, which can lead to hunger, poverty and extreme poverty.

Keywords: Fluidity; Urban Planning; Hunger Geography; Networks.

INTRODUÇÃO

A fome e pobreza são indissociáveis e se reproduzem no espaço social. Esses dois problemas podem ser produzidos de diferentes formas, dada a condição histórica, econômica e estrutural a qual se vive. No estado do Paraná existe um sistema logístico bem peculiar denominado de Anel de Integração que ajuda a territorializar a fome e a pobreza. Esse sistema tem por finalidade a integração do Estado e, simultaneamente, exercer a função do escoamento de riquezas. Entretanto, ele acaba exercendo uma outra função, que é a de ajudar a promover a fome e a pobreza, em índices elevados, em uma região denominada de Região da Fome e da Pobreza do Paraná - RFPP.

O objetivo desta pesquisa é analisar a fome e a pobreza na Região da Fome e da Pobreza do Paraná - RFPP.

O artigo foi estruturado em dois momentos, além da introdução, dos procedimentos metodológicos e das considerações finais, no primeiro momento, discutiu-se a produção espacial da fome e da pobreza, conceitos norteadores desta pesquisa. No segundo momento, apresentou-se a Região da Fome e da Pobreza na área central do Anel de (des)integração do Paraná. Inicialmente abordou-se o anel de integração e sua função como objeto de integração, prosseguindo a discussão sobre as redes de logísticas, fazendo uma relação com a discussão dos dados da fome e da pobreza.

No que se refere aos dados levantados na presente pesquisa, foram constatadas em vários municípios da RFPP altas taxas de vulnerabilidade social que podem levar à fome e à pobreza, sendo que 59,79% da população está inserida no Cadastro Único - CadÚnico e apenas 24,36% é assistida pelo Programa Bolsa Família - PBF, ou seja, 35,43% da população estão sem assistência vivendo em situação de pobreza ou até mesmo em situação de fome.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo da pesquisa, recorreu-se à abordagem quali-quantitativa, tendo em vista que a complementaridade das metodologias pode conduzir a resultados mais profundos, complexos e interessantes para a análise. Para fundamentar a pesquisa foram utilizadas referências bibliográficas como Castro (1937), Sen (2010), Ziegler (2012), Blum (2015), Santos (2009) entre outros. Foram levantados dados secundários em órgãos governamentais sendo eles: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Portal da Transparência do Governo Federal, entre outros. Além da discussão e sistematização dos dados, foram elaborados mapas com o intuito de apresentar um panorama da distribuição geográfica desses dados. O *software* utilizado para a confecção da cartografia foi o QGIS 3.14.15.

Por fim, foram realizados cálculos baseados nas fórmulas elaboradas por Ludka, Pereira e Mello (2022), em que essas duas equações têm como finalidade determinar a porcentagem de pessoas atendidas pelo PBF e pelo Cadastro Único, com base nos dados coletados do MDS. Para calcular a porcentagem de pessoas atendidas pelo PBF, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo PBF} = \frac{NF \times 2,79}{PE} \times 100.$$

Em que, PBF - é Programa Bolsa Família; 2,79 - segundo o Observatório Nacional da Família (2021) é a quantidade de pessoas que compões as famílias brasileiras; NF - é o número de Famílias atendidas pelo programa; PE - é População estimada.

Para calcular o percentual de pessoas atendidas pelo Cadastro Único, foi utilizada a seguinte equação:

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo CadÚnico} = \frac{NF \times 2,79}{PE} \times 100.$$

Em que, CadÚnico - é Cadastro Único; 2,79 - segundo o Observatório Nacional da Família (2021) é a quantidade de pessoas que compões as famílias brasileiras; NF - é o número de Famílias atendidas pelo programa; PE - é População estimada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Produção Espacial da Fome e da Pobreza

A produção espacial pode-se definir como modelo inicialmente entrelaçado com a questão da produção do capital, porém houve uma nova leitura dessa definição, que segundo Souza (2013), pode-se definir como um modelo social e hegemônico, além de capitalista e heterônimo. Diante disso, a pobreza e a fome são produzidos por diferentes condições, entretanto estão entrelaçadas com a produção da sociedade em um determinado espaço. Ainda para Souza (2013, p. 22), o espaço social é “aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”.

A fome e a pobreza fazem parte do espaço social. Dessa forma, pode-se então relacionar a formação desses dois elementos como parte da moldura que a própria sociedade produz, a fome e a pobreza advêm de uma falta de estrutura e planejamento e que podem cessar a partir do propósito de investimentos em programas sociais, além da própria estruturação das esferas governamentais de uma nação.

Dessa maneira, pode-se questionar qual é o ponto de partida para entender esses dois elementos que estão conectados de forma intrínseca. Inicialmente, o primeiro significado de forma simplificada que se pode citar a palavra fome é a falta de nutrientes necessários para o organismo. Abramovay (1986) definiu o conceito de fome como a incapacidade de alimentação diária, sendo assim, a falta do total calórico

e energético em que não é ingerido pelo organismo e que se faz necessário para seu funcionamento pode ser considerada em termos um fenômeno quantitativo.

Em um contexto mais amplo, a fome se constitui da falta de alimentos nutritivos que gera carência tanto no organismo interno como externamente, assim derivando problemas em diversas partes do corpo, tanto fisiologicamente, biologicamente e cognitivamente. Porém, Castro (1937) sugeriu que a carência nutritiva não é algo apenas quantitativo, ela se torna uma questão do aspecto da qualidade alimentar.

Não basta que uma ração alimentar seja perfeita, que ela contém o total energético necessário as despesas do organismo. É preciso que essa ração seja formada por quantidades satisfatórias e em determinadas proporções mútuas, das várias espécies de alimentos simples: albuminas, gorduras, hidratos de carbono, águas, sais minerais e vitaminas. O regime racional deve ser um regime suficiente, completo e harmônico (CASTRO, 1937, p. 72).

Ao se trabalhar o tema da fome, tende-se a observar quais seriam as principais causas que levam a constituí-la. A fome faz parte de uma conjuntura tanto social quanto econômica, e esse problema se desenvolve pela falta de políticas públicas efetivas do Estado para combatê-la, pois por inúmeras vezes a fome é ligada há uma problemática socioeconômica.

Segundo Ziegler (2012), a fome provoca agonia conjuntamente com os sofrimentos prolongados, e que a má alimentação debilita gradualmente as capacidades mentais, sociais e econômicas. A fome constitui uma das expressões da problemática social em decorrência do processo histórico de concentração de renda. “A fome não é decorrência da baixa produção de alimentos, mas da falta de recursos da população, que não possui renda suficiente para adquiri-los” (FERNANDES; LUDKA, 2020, p. 121).

A fome e a pobreza estão presentes na RFPP, conforme foi constatado pelos dados dos programas sociais que foram analisados. Isso se deve à má distribuição de renda, ao mal planejamento governamental e à falta de integração viária.

A concentração de renda e privação ao processo econômico no mundo capitalista e globalizado é simplesmente o atestado para a condição de pobreza, pois a insuficiência de renda é o gerador de problemas sociais, dentre questões como a falta de estrutura tanto familiar e psicológica, quanto a privação à educação plena e à condição de direitos básicos de higiene, saúde e cuidados alimentares. Segundo Sen (2010, p. 120-121), existem algumas definições consideradas sobre o que seria a pobreza.

- A pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre

comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2010, p. 120-121).

O que se pode perceber ao analisar as definições de pobreza de Sen (2010) é que dos 27 municípios analisados nesta pesquisa, a maioria possui altos níveis de pessoas privadas com a baixa capacidade de gerar renda, concretizando sociedades urbanas pobres, porém com elevado nível de renda concentrada nos mesmos espaços urbanos. Sobre as várias sociedades urbanas, Milton Santos (2009) contribuiu relatando que a sociedade urbana é formada por grupos distintos e com acesso econômico variáveis demonstrando diferentes níveis de pobreza.

A sociedade urbana é dívida entre aquele que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. Os pobres não têm acesso a um grande número de mercadorias modernas. Os mais pobres só podem obter bens de consumo corrente através de um determinado sistema de distribuição frequentemente" complementado por um mecanismo de produção igualmente específico. Esse sistema surge em resposta às condições de pobreza em que vive uma grande parte da sociedade (SANTOS, 2009, p. 45 - 46).

Existem diversos grupos na sociedade que têm acessos às mais diferentes mercadorias e conseqüentemente ao capital. Por outro lado, existem os grupos sociais que são vulneráveis à pobreza e à fome e que são privados de fazerem parte dos grandes circuitos e movimentação econômica. Santos (2009) destacou que a pobreza urbana dentro das cidades é constituída por diferentes aspectos, pois o crescimento apenas se apresenta para um pequeno grupo que domina o capital.

Milton Santos (2009) dividiu o espaço urbano em dois subsistemas, essa divisão é feita na tentativa de entender a pobreza urbana e a movimentação diferente que o capital percorre dentro da cidade. Portanto, esses subsistemas são chamados de circuito superior e circuito inferior.

O circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica mais bem representada atualmente nos monopólios. O essencial das relações do circuito superior não é controlado dentro da cidade ou de sua região de influência e sim dentro da estrutura do país ou de países estrangeiros. O circuito inferior é formado de atividades de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades estão profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com a sua região (SANTOS, 2009, p. 43).

Os circuitos inferior e superior se tornam dependentes um do outro, mesmo com atividades diferentes acontecendo nesses dois sistemas. É importante salientar que a população que está presente no circuito inferior é a população que fica privada de sua renda, pois o desenvolvimento para o processo tecnológico é escasso, além de que os setores empregatícios são privativos à população com renda baixa, ou seja, a

população vulnerável tem uma menor oferta empregatícia e poucos campos de exploração para a escolha de seu emprego, além de poucas oportunidades de ascender economicamente e socialmente.

Para tanto, demonstra uma relação de sistemas urbanos que são ambos relacionados e processos formados com conexões, entende-se que todos esses processos geram uma reação em cadeia, fazendo parte de um pacote fatal desde as estruturas municipais até a nacional.

A exclusão social, a pobreza e a fome são fenômenos sociais mundiais tão antigos quanto o ideal pela busca de uma sociedade equitativa. Impressiona profundamente a sua face mais cruel: a fome, como impossibilidade dos cidadãos de acessar a direitos sociais básicos, em virtude do processo de concentração de renda e acesso desigual às oportunidades na sociedade brasileira. Tratar o problema da fome como questão nacional e não como fatalidade individual é responsabilidade de toda sociedade e dos governos, nas suas esferas federal, estadual e municipal (FERNANDES, LUDKA, 2020, p. 117).

Diante disso, de acordo com os estudos realizados, observou-se que o planejamento do anel de integração do estado faz com que se tenha uma concentração de renda na RFPP, pois não havendo o escoamento de riquezas daquela localidade, a consequência gerada é a falta de movimentação econômica, o que deixam a prestação de serviços, a estruturação de trabalho e a qualidade de vida em uma forma de precariedade para seu desenvolvimento. A falta de “fluidez”, por não haver cidades - polo ou alguma outra ligação logística naquela região, faz com que o Anel de Integração do Paraná se torne um modelador que ajuda a conceber a pobreza e a fome elevada, evidenciando uma região central do estado com sérios problemas sociais.

A Região da Fome e da Pobreza na área central do Anel de (Des)Integração do Paraná

A integração logística do estado do Paraná se dá por meio do Anel de Integração, uma malha de rodovias de 2.493 km de extensão (Figura 1), que Segundo Blum (2015), foi proposto pelo governador do estado Jaime Lerner em 1995, que apresentou à Assembleia Legislativa do Paraná uma estratégia de integração do estado para obter uma maior escoação de riquezas, as quais não se tinham anteriormente. A proposta do governo estadual era uma rede de logística que iria proporcionar uma melhor qualidade de vida relacionando a circulação das riquezas produzidas ao crescimento econômico.

A região analisada neste estudo, denominada por estes autores de Região da Fome e da Pobreza do Paraná, é composta por 27 municípios: Altamira do Paraná, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Goioxim, Iretama, Ivaiporã, Jardim Alegre, Laranjal, Luiziana, Manoel Ribas, Marquinho, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital,

Pitanga, Reserva, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo (Figura 1).

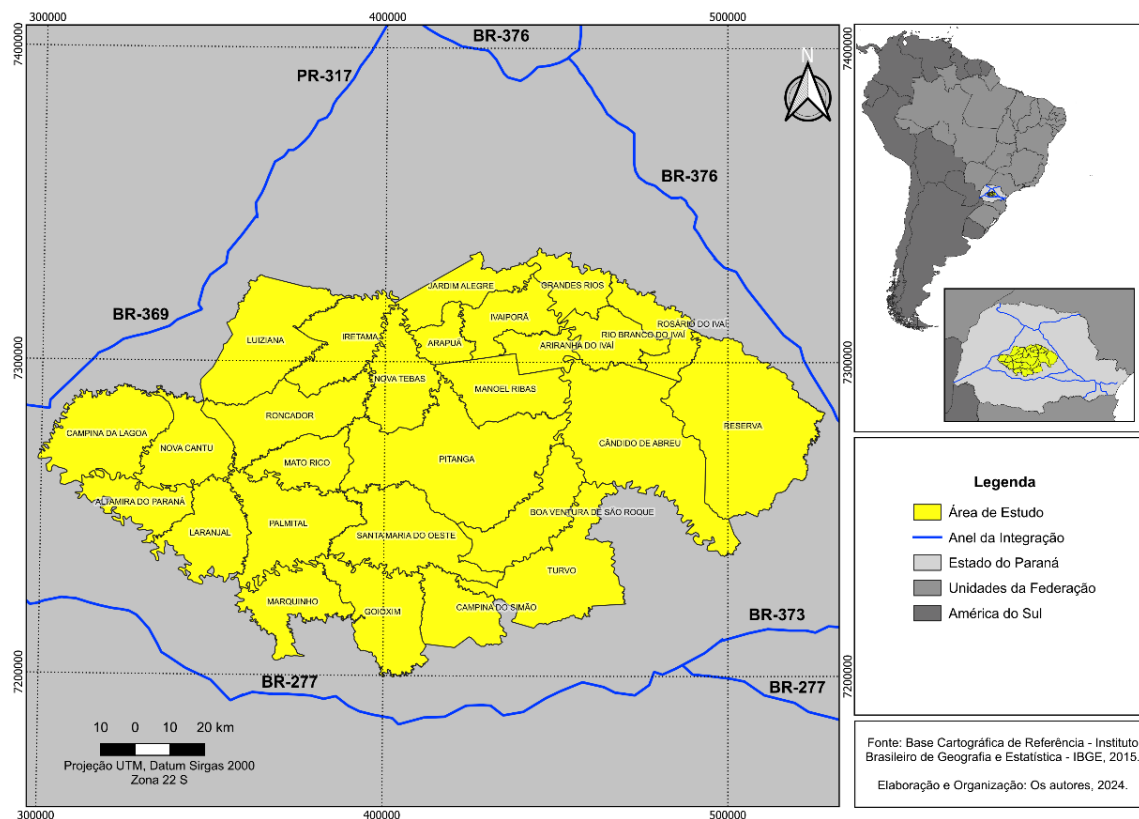


Figura 1. Área de estudo: Região da Fome e da Pobreza do Paraná - RFPP. **Fonte:** IBGE, 2015, elaborado pelos autores.

Blum (2015) salientou que a rede de logística proposta pelo estado do Paraná denominada como Anel de Integração tinha como objetivo principal estabelecer conexões entre os diversos locais por meio das principais rodovias paranaenses.

O Anel de Integração é uma nova concepção de desenvolvimento estratégico e geoeconômico do Estado do Paraná. O Anel compõe-se de um cinturão de infraestrutura que liga o polígono integrado pelas cidades-polo de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava. Ele define uma matriz básica de vida e trabalho no Estado, à qual todas as regiões poderão ter rápido acesso. (...) O objetivo é a promoção de desenvolvimento uniforme entre as diversas regiões do Estado. A principal referência do Anel são as rodovias e ferrovias que interligam as cidades-polo. Como a concepção do Anel é de irradiação, as ações pertinentes não serão, necessariamente, lineares ou pontuais ao longo do trajeto. A faixa de abrangência será variável conforme o tipo de ação, equipamento ou serviço implantado (PARANÁ, 1995, p. 19, apud BLUM, 2015, p. 160).

É por meio do Anel de Integração que há a interligação das cidades-polo com interior do estado, e assim havendo o escoamento de riqueza. A logística tem uma grande importância visto que faz parte da movimentação econômica de um determinado espaço. “Na lógica de funcionamento da sociedade: uma vez que a rede de infraestrutura logística do Estado não se encontra em condições perfeitas, os custos para a sociedade como um todo se apresenta como um profundo problema para seu funcionamento próprio” (BLUM, 2015, p. 163).

O funcionamento da sociedade começa a ser afetado a partir do momento que o sistema de logística começa a beneficiar a tais lugares deixando muitos territórios e municípios com condições precárias de funcionamento, afetando a própria população e seus demais setores. Portanto, a distribuição de riqueza e principalmente de renda demonstra uma grande diferença econômica que existe entre os municípios que fazem parte da logística do anel de integração e os municípios que acabam ficando no seu interior, em outros termos, os municípios que compõem a Região da Fome e da Pobreza do Paraná (RFPP).

Castells afirmou que o processo das redes tem dois lados.

Esse padrão de segmentação caracteriza-se por um movimento duplo: de um lado, segmentos valiosos dos territórios e dos povos estão ligados nas redes globais de geração de valor e de apropriação das riquezas; por outro lado, tudo, e todos, que não tenha valor, segundo o que é valorizado nas redes, ou deixa de ter valor, é desligado das redes e, finalmente, descartado (CASTELLS, 1999, p. 175).

O processo de movimentação dupla o qual Castells referência, acontece com o Anel de Integração principalmente em relação ao primeiro movimento, em que processo de interligações de redes é o aporte para movimentar o capital e as riquezas que culminam no desenvolvimento social. Entretanto, no caso da RFPP a situação é o segundo movimento, que é a falta de valorização da região pelas redes tendo o processo de descarte desse espaço. Portanto, essa região não consiste em uma movimentação econômica suficiente para sua própria sustentação o que gera a concentração de renda, tornando-se uma região pobre em que a escassez de fluidez é o principal problema.

Ao analisar a RFPP a partir dos dados coletados e sistematizados, pode-se constatar os índices elevados de pobreza, em que as famílias são dependentes de programas sociais do governo federal. Dessa forma, pode-se observar na tabela 1 que a região estudada tem altos índices de pobreza e consequentemente de fome.

Tabela 1. Dados de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade à pobreza da RFPP.

Municípios	População Censo (2022)	Taxa de Pobreza (%)	Extrema Pobreza (%)	Vulnerabilidade à Pobreza (%)
Altamira do Paraná	3.590	25,06	10,21	45,16
Arapuã	3.527	23,92	12,03	44,63
Ariranha do Ivaí	2.329	12,59	3,67	37,51
Boa Ventura de São Roque	6.378	24,01	8,1	47,99
Campina da Lagoa	15.723	10,6	2,9	34,71
Campina do Simão	3.936	31,12	13,61	55,37
Cândido de Abreu	15.244	27,42	10,96	51,11
Grandes Rios	5.641	14,97	4,3	40,33
Goioxim	6.566	33,13	15,18	56,80
Iretama	10.684	14,82	3,38	40,62
Ivaiporã	32.720	9,58	2,01	25,31
Jardim Alegre	12.004	23,97	14,29	46,94
Laranjal	5.600	31,17	14,62	60,34
Luiziana	6.690	11,45	2,54	42,21
Manoel Ribas	14.240	14,73	4,28	36,45
Marquinho	4.509	28,88	10,15	55,38
Mato Rico	3.267	31,49	15,14	58,34
Nova Cantu	6.790	18,05	4,4	44,23
Nova Tebas	6.848	22,41	10,29	49,33
Palmital	13.033	22,48	8,69	46,70
Pitanga	33.567	14,41	4,85	34,20
Reserva	24.573	20,38	4,87	44,62
Rio Branco do Ivaí	3.808	2,09	8,81	51,25
Roncador	11.251	18,25	6,64	41,92
Rosário do Ivaí	5435	20,67	7,67	44,40
Santa Mariana do Oeste	9.934	28,21	13,56	54,62
Turvo	14.231	17,24	6,15	42,69

Fonte: IBGE, 2024 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Ao analisar a Tabela 1, pode-se observar que os municípios que apresentaram as maiores porcentagens referente à taxa de pobreza (2010) foram Goioxim (33,13%) e Mato Rico (31,49%). Os municípios que apresentaram as menores taxas foram Rio Branco do Ivaí (2,09%) e Ivaiporã (9,58%). Nos índices de extrema pobreza (2010), as maiores taxas pertenceram a Goioxim que reapareceu com (15,18%) juntamente de Mato Rico (15,14%) e com as menores taxas, Ivaiporã (2,01%) e Luiziana (2,54%).

Em relação à vulnerabilidade à pobreza, dados referentes a 2010, o município de Laranjal demonstrou a maior taxa (60,34%), seguido de Mato Rico (58,34%). As menores taxas de vulnerabilidade pertenceram aos municípios de Ivaiporã (25,31%)

e Pitanga (34,2%). É importante salientar que para IPEA (2011) a renda per capita para os extremamente pobres permeia em torno de R\$ 70 mensais. Segundo Gonçalves (2015), os vulneráveis à pobreza são as famílias que estão à margem das condições precárias, podendo haver nessa população vulnerável a probabilidade de perda futura de seu bem-estar.

Com a apresentação das taxas dos municípios na tabela 1, pode-se compreender que por mais que sejam taxas referentes censo realizado em 2010, pois os dados referentes ao censo 2022 ainda não foram divulgados, esses números são extremamente associáveis a atual realidade da região central do anel, pois a falta de integração da localidade ainda é existente, já que a fluidez é mínima na região. Atualmente esta realidade é escancarada com a atuação dos programas sociais na região. A RFPP possui muitas pessoas registradas no Cadastro Único, ou seja, cidadãos que estão vulneráveis à fome e à pobreza.

Segundo site do MDS (2024), o Cadastro Único é um sistema de base de informações e dados onde são caracterizadas e consideradas as famílias de baixa renda. Portanto, é assinalado que famílias de baixa renda são as que possuem uma renda mensal por pessoa (renda per capita) de até R\$ 706,00, ou seja, meio salário-mínimo, e renda familiar de até três salários-mínimos R\$ 4.236. O sistema do Cadastro Único contém mais de 20 programas sociais na tentativa de beneficiar os brasileiros e as brasileiras mais carentes.

[...] O Cadastro é obrigatoriamente utilizado para seleção de diversos outros programas, projetos, serviços e benefícios sociais, tais como: Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica; Tarifa Social de água; Carteira do Idoso; Isenção de taxas para concursos públicos; Telefone Social, Aposentadoria para segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, entre outros (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2021).

A RFPP conta com uma população estimada em 2024 (IBGE, 2024) de 285.262 pessoas, das quais 61.135 famílias estão no Cadastro Único, totalizando 170.567 pessoas, o que equivale a 59,79% da população da RFPP. Essa porcentagem de mais da metade da sua população em situação de vulnerabilidade social resulta de uma economia vulnerável, que não possui uma cidade-polo e muito menos uma fluidez como as demais regiões do estado do Paraná, induzindo a territorialização da fome e da pobreza. A figura 2 apresenta o percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único da RFPP no mês de setembro de 2024.

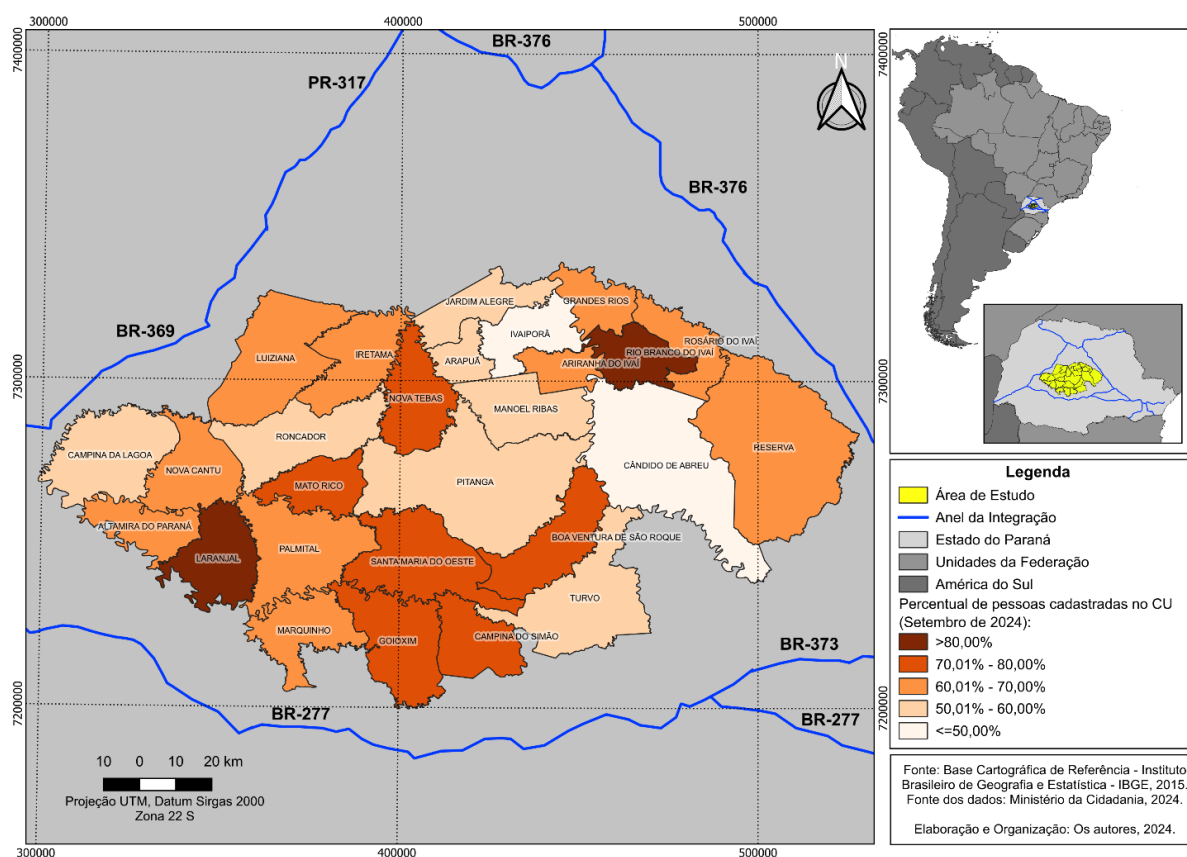


Figura 2. Percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único. **Fonte:** IBGE, 2015; MDS, 2024, elaborado pelos autores.

O percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico demonstrou que os municípios que apresentam os maiores percentuais são Laranjal (95,09%), Rio Branco do Ivaí (85,51) e Mato Rico (79%). Os municípios que têm os menores percentuais são: Turvo (51,33%) Ivaiporã (41,31%) e Cândido de Abreu (38,28%).

O mais preocupante é que nem todas as pessoas pertencentes a RFPP que estão no CadÚnico são atendidas por programas governamentais de combate à fome e à Pobreza como o PBF. O PBF desempenha um papel fundamental não só em relação a insegurança alimentar, mas na manutenção das crianças nas escolas, o que resulta numa melhora significativa da aprendizagem e da qualidade de vida.

Na Tabela 2, apresentou-se a população estimada do ano de 2024 e os dados das Famílias Beneficiárias do PBF no mês de setembro de 2024 da RFPP. Os municípios com os maiores números de famílias beneficiárias do PBF são Pitanga com 3.025, Reserva com 2.091 e Cândido de Abreu com 1.622 famílias. Os municípios de Arapuã 337 famílias, Ariranha do Ivaí com 180 famílias e Altamira do Paraná com 282 famílias são os que apresentaram os menores números de famílias beneficiadas pelo PBF.

Tabela 2. Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa família.

Município	População estimada 2024	Número de Famílias que receberam o PBF em setembro de 2024
Altamira do Paraná	3523	282
Arapuã	3573	337
Ariranha do Ivaí	2351	180
Boa Ventura de São Roque	6244	857
Campina da Lagoa	15979	1180
Campina do Simão	3973	402
Cândido de Abreu	15255	1622
Grandes Rios	5586	629
Goioxim	6531	887
Iretama	10843	898
Ivaiporã	33529	903
Jardim Alegre	12130	857
Laranjal	5575	1004
Luiziana	6696	678
Manoel Ribas	14576	1386
Marquinho	4521	601
Mato Rico	3237	472
Nova Cantu	6799	620
Nova Tebas	6870	434
Palmital	12967	1308
Pitanga	34513	3025
Reserva	24851	2091
Rio Branco do Ivaí	3850	661
Roncador	11371	636
Rosário do Ivaí	5491	604
Santa Maria do Oeste	9985	1279
Turvo	14443	1075

Fonte: IBGE, 2024, MDS, 2024.

De acordo com o MDS (2024), O PBF atendeu no mês de setembro de 2024 na RFPP 24.908 famílias, totalizando aproximadamente 69.493 pessoas, ou seja, cerca de 24,36% da população. É importante salientar que todas as famílias que recebem o benefício do Programa Bolsa Família estão incluídas no sistema do Cadastro Único, porém, não são todas as famílias que estão inseridas no Cadastro Único que se beneficiam do PBF. Na RFPP, dos 59,79% dos habitantes que estão inscritos no CadÚnico, apenas 24,36% são atendidos pelo PBF (Figura 3).

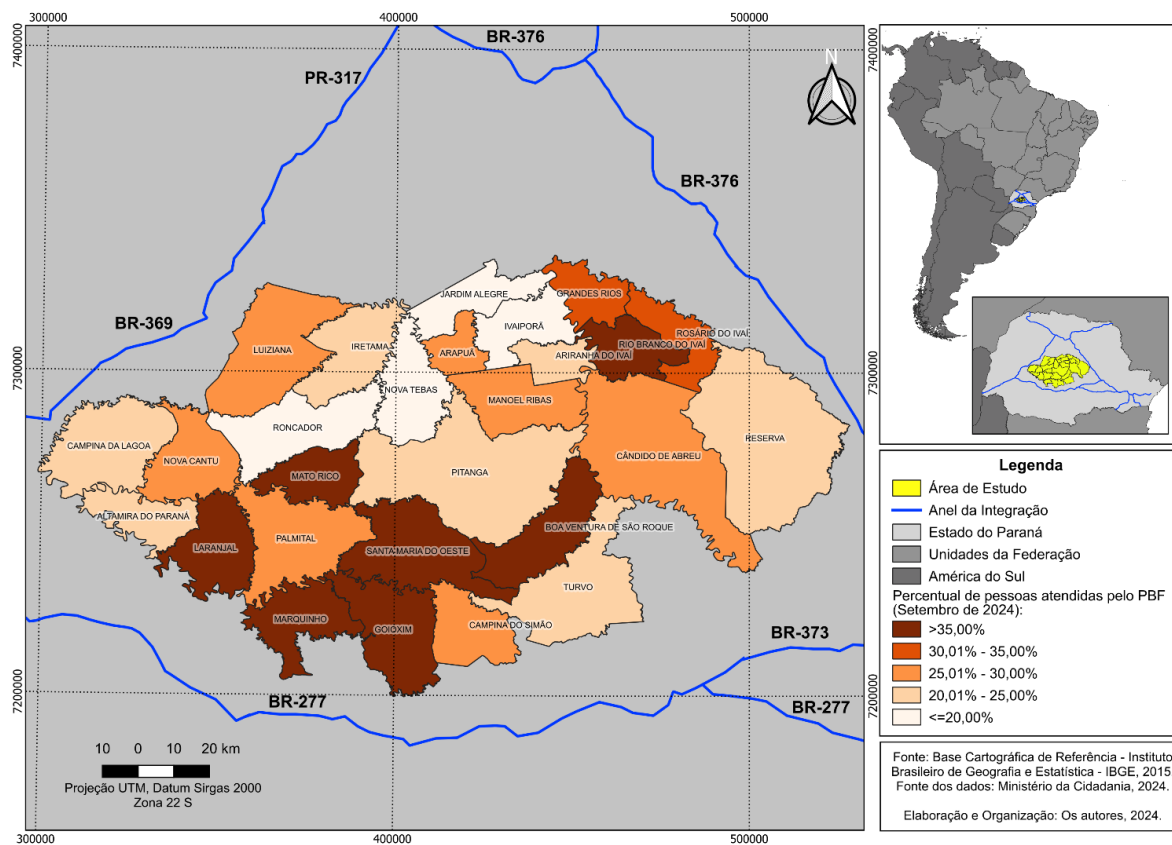


Figura 3. O percentual de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família. **Fonte:** IBGE, 2015; MDS, 2024, elaborado pelos autores.

Ao analisar o percentual de pessoas atendidas pelo PBF na RFPP verificou-se que as maiores taxas pertencem aos municípios de Laranjal (50,25%), Rio Brando do Ivaí (47,90%) e Mato Rico (40,68%). Os municípios que tem os menores índices são: Nova Tebas (17,63%), Roncador (15,60%) e Ivaiporã (7,51%). É importante ressaltar que os percentuais de pessoas atendidas pelo PBF na RFPP são altos, constatando assim a presença da fome e da pobreza.

Estar recebendo o PBF não é garantia de que essas pessoas não estejam em situação de fome e de pobreza, sendo que os objetivos do programa são complementar renda, dar acesso e direitos à população mais carente e, por último, desenvolver as famílias como parte do crescimento socioeconômico. Entretanto, o valor repassado depende em qual categoria as famílias se encaixam. Assim, podem fazer parte do programa todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 218,00, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (Bolsa Família, 2021). Ao analisar os 27 municípios que compõem a RFPP constatou-se que 9 deles repassam em média menos de R\$ 650,00 para as famílias beneficiárias do PBF (Figura 4).

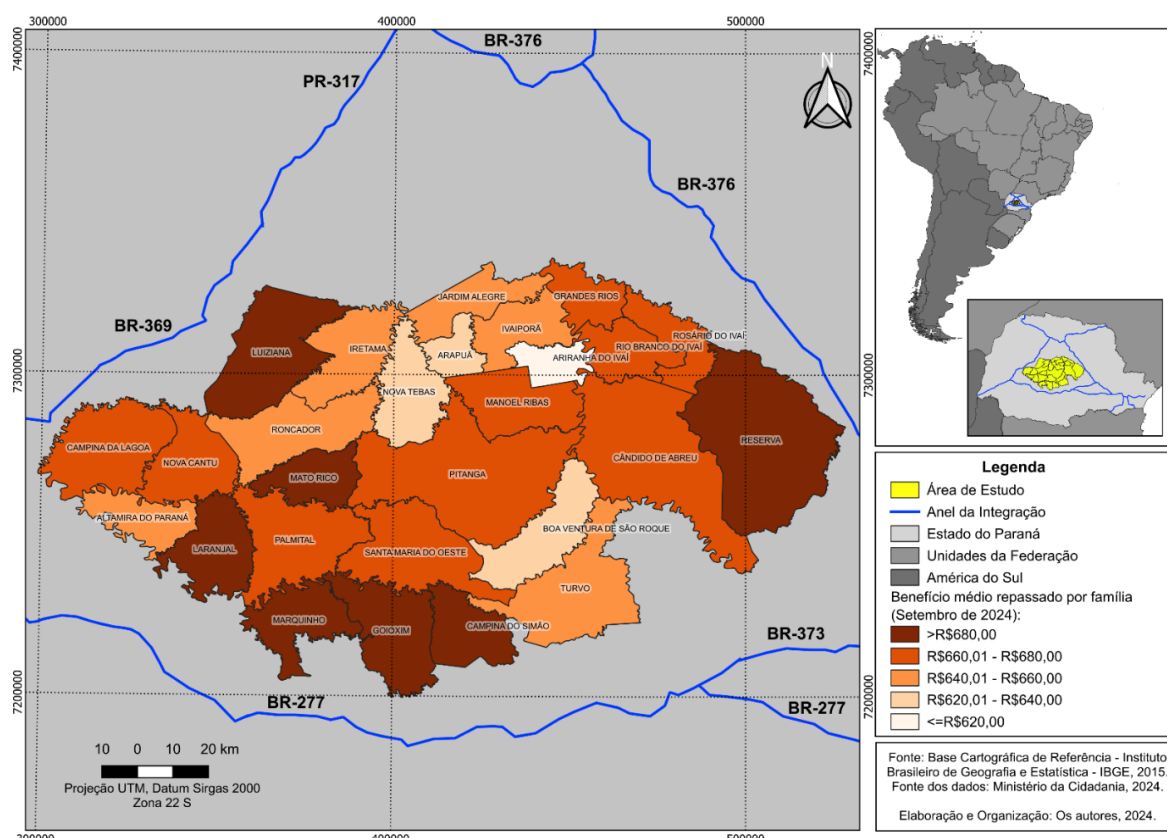


Figura 4. Benefício médio repassado por família. **Fonte:** IBGE, 2015; MDS, 2024, elaborado pelos autores.

Os menores valores médios repassados em setembro de 2024 pelo PBF para os municípios da RFP pertencem aos municípios de Nova Tebaas (R\$637,78), Boa Ventura de São Roque (R\$636,48) e Ariranha do Ivaí (R\$615,46). Os maiores valores médios repassados à RFP foram para os municípios de Luiziana (R\$729,63), Goioxim (R\$ 705,23) e Campina do Simão (R\$ 705,11).

O valor do benefício médio repassado, tantos dos maiores repasses quanto dos menores, é um valor exíguo em termos econômicos, pois o custo familiar é muito maior do que o benefício pode cobrir, entretanto, um valor considerado insuficiente para um indivíduo que tem uma conjuntura social e econômica vulnerável, torna-se significativo ao ponto de ser o principal acesso à alimentação.

Observou-se que a fome e a pobreza geradas na RFP também são consequências da falta de fluidez, da ausência de planejamento e auxílio do Estado, pois a rede de logística não é efetiva para atender ou auxiliar a região de estudo, sendo uma consequência eminente os processos de má distribuição de renda que, consequentemente, levam à pobreza econômica. Nesse sentido, tanto a fome quanto a pobreza se reproduzem neste espaço de forma conectiva em termos de cadeias na estrutura da sociedade.

Castells (1999) considerou que apesar dos setores “marginais” dentro de uma sociedade não estarem claramente conectado ao sistema de rede, não se pode considerá-lo como um espaço de vácuo social, pois sua lógica social e econômica se baseia em uma forma diferente dos espaços conectados pela rede, não sendo assim baseada na economia informacional, o que faz que o produto produzido naquele espaço seja pouco comprado e consumido gerando uma exclusão.

Essa marginalização sofrida pela RFPP em não ter nenhum eixo em relação ao movimento da sua produção econômica, deixa claro a falha logística do estado Paraná. A relação do Anel de Integração e a Região da Fome e da Pobreza pode ser considerada uma das diferenças mais gritantes em relação a interferência estatal e simultaneamente sua ausência.

A região central do Anel de Integração é uma região homogênea em termos econômicos, pois dentre os 27 municípios, 19 deles têm sua economia baseada na agropecuária, em que a ampla maioria vive da produção do milho. Os municípios mais centralizados da RFPP têm como principal atividade econômica a produção da erva-mate. São poucos os municípios que têm uma base industrial ou a prestação de serviços como atividade principal, o que compõe uma precariedade estrutural não só em questão de trabalho como em produção econômica para escoação de riquezas. Baseando-se numa atividade primária da economia, a região central busca por sua relevância econômica autossuficiente, porém as estruturas logísticas que trazem a fluidez para sua movimentação são escassas e minimamente volúveis, tanto para desenvolvimento social quanto econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo foi constatado um grande bolsão da pobreza e da fome no Paraná, onde na região denominada como RFPP têm grandes índices de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade à pobreza ocasionando assim a fome. Na RFPP a grande maioria das famílias dependem de programas socioeconômicos do governo federal para sua sobrevivência.

Uma das hipóteses que se apresenta neste estudo é que a alta taxa de pobreza e os números expressivos de famílias cadastradas no CadÚnico e no PBF nessa região se dão pela não fluidez do Anel de Integração na área de estudo, uma vez que não se apresenta nenhum eixo na região central, o que pode interferir no processo de estruturação de cada um dos 27 municípios.

A pobreza está intrinsecamente ligada à fome. Dessa forma, quando os índices de pobreza são elevados possivelmente haverá fome, o que leva a segunda hipótese, que na RFPP tem um bolsão de fome com disparidades que demonstram por vezes imperceptível, porém na análise conjunta dos dados a situação real da população da região de estudo é calamitosa em termos sociais, econômicos e estruturais. O anel de integração, que tem intuito de integrar, gera uma segregação e consequentemente a pobreza e a fome, assim se tornando (des) integrador.

Em decorrência da falta de estrutura e logística esta região fica fora da integração do estado, dando pouco volume econômico, o que atinge socialmente a população, já que a região central tem como atividade econômica principal agropecuária, que por si não traz o desenvolvimento necessário, e não produz o suficiente para que haja no entendimento governamental uma justificativa de investimento tanto em estrutura industrial quanto logística.

Faltam políticas públicas de desenvolvimento para a RFPP, em que 59,79% da sua população encontra-se registrada no CadÚnico e apenas 24,36% são atendidas pelo PBF. A fome na região não é apenas econômica, mas também política, social e cultural. Cabe ao Estado criar estratégias de desenvolvimento, gerando políticas públicas e ações para romper a desigualdade regional e fixar a população no campo e na pequena cidade onde vive, aumentando a sua qualidade de vida e ampliando as possibilidades futuras dos cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) pelo apoio técnico/administrativo.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Concepção: Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches e Vanessa Maria Ludka. **Metodologia:** Vanessa Maria Ludka. **Análise Geral:** Vanessa Maria Ludka e Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches. **Desenvolvimento teórico-conceitual:** Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches. **Levantamento de dados:** Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches, Vanessa Maria Ludka e Sérgio Augusto Pereira. **Interpretações:** Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches e Vanessa Maria Ludka. **Escrita do artigo:** Vanessa Maria Ludka, Nayani Maria Vitoria da Silva Sanches e Sérgio Augusto Pereira. **Revisão:** Sérgio Augusto Pereira. **Procedimentos técnicos:** Sérgio Augusto Pereira. **Elaboração cartográfica:** Sérgio Augusto Pereira. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Que é Fome**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Extrema pobreza (2010); Taxa de pobreza (2010); Vulnerabilidade à Pobreza (2010)**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 21 set. 2024.

BLUM, G. G. **Anel da (Des)integração Paranaense: Estado, Rede Logística e a Governamentalidade da Circulação no Território no Século XXI**. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/39877>. Acesso em: 03 set. 2024.

BOLSA FAMÍLIA. **Como funciona**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 30 set. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

CASTRO, J. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. 936. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

FERNANDES, P. H. C.; LUDKA, V. M. Fome, Pobreza e o Programa Bolsa Família no Norte Pioneiro do estado do Paraná **Sociedade e Território**, v. 32, n. 1, p. 115-131, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2020v32n1ID20341>

GONÇALVES, S. L. **Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas: 2002 a 2011**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673>. Acesso em: 3 out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações Cartográficas – Todos os produtos**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/todos-os-produtos-geociencias.html>. Acesso em: 3 de out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça cidades e estados do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 out. 2024.

IPEA. **Eradicar a Pobreza Extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Maio de 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1501>. Acesso em: 03 out. 2024.

LUDKA, V. M.; PEREIRA, S. A.; MELLO, A. J. O. O Programa Bolsa Família e o Aumento da Fome e da Pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **Geografia (Londrina)**, v. 31, n. 2, p. 151-171, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2022v31n2p1>

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município**, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 15 set. 2024.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA. Famílias e Filhos no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

QGIS Development Team, 2023. **QGIS Geographic Information System**. Open Source Geospatial Foundation Project. <http://qgis.osgeo.org>.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 134 p.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **O que é Cadastro Único**. 2021. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/>. Acesso em: 15 set. 2024.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2013.

ZIEGLER, J. **Destruição massiva**: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto e Preparação de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2012.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0